

1 Ata da **Plenária Extraordinária nº. 497** do Conselho
2 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –
3 **CEDICA/RS, realizada em 10 de maio de 2021.**

4 Às oito horas do dia dez de maio de dois mil e vinte e um, deu-se início à
5 Plenária extraordinária nº 497 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
6 Adolescente – CEDICA/RS, realizada de forma virtual pelo aplicativo Teams da
7 Microsoft, coordenada pela Presidente Lúcia Flesch, **estando presentes os(as)**
8 **Conselheiros(as):** Lúcia Flesch (USBEE), Maria da Graça Malaguez e Vera Rosane
9 Vaz (FERGS), Sabrina Pavani e Claudia Alfama (FADERS), Andreia Paz (DPE),
10 Berenice da Costa (ACPM Federação), Juçara Vendrusculo e Juliana Azevedo
11 (SJCDH), Lisiane dos Santos (UBEA), Nélio Schneider (AMENCAR), Patrícia
12 Maldaner Cibils (PGE), Ivonete Carvalho (DPGV/PC), Simone Romanenco (SEC),
13 Iara de Almeida (SEDUC), Marta Gomes (FASE), Elisandra Moreira (FUNDAÇÃO
14 PROTEÇÃO), Arlindo de Oliveira (BM), Luísa Maciel (SEDAC). **Ausência**
15 **Justificada:** Lauren Stein (Estagiária CEDICA). **Presentes também:** Sandra Krieger
16 e Marlise Moreira (DDHC – SJCDH), José Carlos Sturza e Everton Oliveira
17 (AMENCAR). A presidente Lúcia iniciou a plenária realizando a leitura da pauta do
18 dia. Foi registrado que a Resolução nº 258/2021 necessitou de ajustes no
19 orçamento, visto que o valor apresentado para pagamento para os intérpretes foi um
20 pouco maior que o discutido em plenária. Por este motivo, foi necessária a
21 autorização do colegiado, por e-mail, para liberação de mais R\$ 36,00 (trinta e seis
22 reais) para o valor total. O valor total de R\$ 1.036,00 (mil e trinta e seis reais) será
23 utilizado somente para pagamento de Recursos Humanos, para a realização de
24 duas lives do Projeto do 18 de maio. A alteração na resolução nº 258/2021 foi
25 aprovada por 17 instituições. **Edital FECA nº 01/2020:** A secretária do CEDICA,
26 Thanise, realizou a apresentação da tabela dos projetos titulares e suplentes
27 classificados e desclassificados, conforme anexo I desta ata. Foi informado que das
28 10 instituições classificadas preliminarmente, 2 não foram classificadas. A servidora
29 Sandra realizou a apresentação dos recursos que sobraram em cada linha de
30 financiamento, totalizando o valor de R\$ 57.123,33 (cinquenta e sete mil, cento e
31 vinte e três reais e trinta e três centavos). Sobre as 2 instituições que foram
32 desclassificadas, Lisiane considerou difícil pronunciar-se, pois inicialmente elas
33 foram classificadas. Solicitou que o CEDICA tivesse um respaldo jurídico para
34 deliberar. Simone apresentou insatisfação com o processo, informou que gostaria
35 que o Edital fosse anulado. Andreia apontou que estas questões já foram superadas
36 e que o colegiado deve seguir com os procedimentos. Ivonete relatou que o
37 processo teve fragilidades, mas que a decisão de abrir prazo para complementação
38 da documentação, foi a melhor escolha. Em seguida, relatou que caso ocorra
39 recurso judicial, serão apresentadas as provas materiais e se o processo for
40 impugnado, será iniciado um novo edital para as Organizações da Sociedade Civil.
41 Em votação a classificação final do Edital FECA nº 01/2020: 13 votos favoráveis e 1
42 abstenção. Lúcia solicitou que a Coordenadoria de Políticas para a Criança e o
43 Adolescente encaminhe a planilha dos classificados em formato word, para a
44 realização da resolução de aprovação. **Projeto e Modelo de Plano de trabalho**
45 **para os Termos de Referência para “atendimento à população indígena e**
46 **quilombola”, bem como “atendimento à criança e adolescente migrantes e**
47 **refugiados e em situação de rua e risco”:** Lúcia realizou a apresentação das

48 alterações necessárias para adequar os termos de referência para modelo de
49 convênio simplificado. Juliana informou que no convênio realizado pelo Conselho
50 Estadual da Pessoa Idosa, foi necessário somente o modelo de plano de trabalho.
51 Lúcia explicou que as alterações dos artigos foram realizadas, devido a solicitação
52 da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da revogação da dispensa
53 de edital. Informou que será necessário repensar porcentagens e prazos para o
54 convênio. Em seguida, sugeriu deliberar sobre a minuta de resolução de alteração
55 dos termos de referência na plenária ordinária de maio. Andreia considerou a
56 plenária ordinária de maio distante para deliberar, propôs que a comissão de
57 gestores finalizasse o documento e após, encaminhasse por e-mail para a
58 deliberação do colegiado. A sugestão da conselheira Andreia foi aprovada por
59 unanimidade pelos conselheiros. Lisiane questionou se após a aprovação da minuta
60 de resolução dos termos de referência, o colegiado não corre o risco de ter que
61 revisar o percentual dos valores. Juçara informou que não tem como assegurar
62 estas questões, pois foi alterada a Secretária da pasta. Lúcia sugeriu convidar a
63 Secretária Regina Becker para realizar os acordos necessários. **Apresentação dos**
64 **relatórios parciais das RF 01, 06, 08 e 09 referente à parceria FPE nº 1821/2017**
65 **do projeto “Pesquisa, assessoramento e capacitação em vista do**
66 **fortalecimento de Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do**
67 **Adolescente e Conselhos Tutelares no RS”:** Nélio convidou os pesquisadores da
68 AMENCAR, José Carlos Sturza e Everton Oliveira para apresentarem os relatórios.
69 José Carlos Sturza realizou a apresentação dos relatórios das RFs 01, 06, 08 e 09
70 referente ao perfil dos conselheiros tutelares. Foram apresentados os aspectos
71 sobre a idade, sexo, raça, estado civil, número de filhos, renda, local de residência,
72 escolaridade, formação, profissão, participação em organizações e religiosidade dos
73 conselheiros tutelares. Após, foi apresentado o perfil dos conselheiros de direitos
74 das RFs 01, 06, 08 e 09. O pesquisador José Carlos precisou sair da reunião, devido
75 a outra agenda. Everton seguiu realizando a apresentação do perfil dos
76 conselheiros. Em seguida apresentou os dados da gestão dos Conselhos Municipais
77 dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA da RF 09. Explicou que o
78 questionário foi aplicado com pelo menos 2 conselheiros de direitos de cada
79 COMDICA. Foram apresentados aspectos sobre composição da gestão, processo
80 de escolha dos membros, representações da sociedade civil e governamental,
81 duração do mandato, alternância da presidência, existência do Fórum Municipal dos
82 Direitos da Criança e do Adolescente, realização de curso de capacitação para os
83 COMDICAs, espaço físico, estrutura física, publicidade dos documentos expedidos
84 pelo COMDICA, equipamentos, recursos humanos, realização dos Planos temáticos,
85 periodicidade das reuniões e informações sobre eventos e audiências públicas. Foi
86 acordado realizar a apresentação completa da RF 09 e posteriormente agendar
87 reunião para apresentação das RFs 01, 06 e 08, devido ao horário. Foi apontado
88 que não consta os fragmentos qualitativos dos diálogos dos seminários na
89 apresentação. Elisandra verificou a possibilidade do recebimento das apresentações
90 realizadas nos seminários. Everton informou que no relatório final irá constar os
91 dados qualitativos. Sobre o compartilhamento das apresentações, irá verificar a
92 disponibilidade com a AMENCAR. Lúcia questionou sobre a diferenciação do
93 tratamento das informações dos dados coletados. José Carlos informou que a partir
94 das discussões nas plenárias do CEDICA, os pesquisadores foram categorizando

95 alguns apontamentos. Everton informou que foi realizado um banco de dados para
96 cada região funcional, para qualificar os dados do relatório final. Ivonete questionou
97 como foi realizada a contextualização da pesquisa, para os dias atuais, tendo em
98 vista que ela iniciou em 2017. Everton relatou que foi necessário rever todos os
99 dados coletados, para dar realidade a pesquisa. Revisaram e realizaram
100 adequações no banco de dados, mas buscaram preservar os dados coletados,
101 respeitando o que foi dito por cada indivíduo. Ivonete solicitou que os pesquisadores
102 realizassem relato das suas impressões sobre a participação do conselho tutelar e
103 COMDICAs no Sistema de Garantia dos Direitos. José Carlos relatou que o tamanho
104 do município e o seu tempo de existência implicam na rede de atendimento e na
105 proteção integral à criança e ao adolescente. Everton realizou uma comparação com
106 a política de saúde e relatou que o cenário do sistema de garantia de direitos para
107 crianças e adolescentes é desolador em algumas regiões. Lúcia questionou sobre a
108 possibilidade de continuar a apresentação dos relatórios na próxima plenária
109 ordinária. José Carlos não poderá participar, pois estará em viagem e Everton irá
110 confirmar nos próximos dias a sua disponibilidade. Nélio informou que o seminário
111 final será realizado no dia 24 de maio. Considerando que ficaram pautas pendentes,
112 a comissão de gestores propôs dar continuidade na plenária nº 497/21, amanhã, das
113 8h às 10h. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.
114 **Às oito horas do dia onze de maio de dois mil e vinte e um, deu-se início à**
115 **continuação da Plenária extraordinária nº 497 do Conselho Estadual dos**
116 **Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS, realizada de forma virtual**
117 **pelo aplicativo Teams da Microsoft, coordenada pela Presidente Lúcia Flesch,**
118 **estando presentes os(as) Conselheiros(as):** Lúcia Flesch (USBEE), Andreia Paz
119 (DPE), Berenice da Costa (ACPM Federação), Elisandra Moreira (FUNDAÇÃO
120 PROTEÇÃO), Maria da Graça Malaguez e Vera Rosane Vaz (FERGS), Arlindo de
121 Oliveira (BM), Sabrina Pavani e Claudia Alfama (FADERS), Marta Gomes (FASE),
122 Nélio Schneider (AMENCAR), Ivonete Carvalho (DPGV/PC), Lisiane dos Santos
123 (UBEA), Patrícia Maldaner Cibils (PGE), Juçara Vendrusculo (SJCDH), Luciane
124 Escouto (Pastoral do Menor – CNBB), Simone Romanenco (SEC). **Ausência**
125 **Justificada:** Lauren Stein (Estagiária CEDICA) e SEDUC. A presidente Lúcia
126 realizou o registro das instituições presentes e após, informou que no dia 30 de abril,
127 foi veiculada a notícia de reforma administrativa do Estado do RS com alterações em
128 nomes e posições em secretarias estaduais. A informação é de que a atual titular da
129 Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Regina Becker, irá assumir a Secretaria
130 de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), comandada até então por
131 Mauro Hauschild. A pasta de Regina passará a ser chamada de Secretaria da
132 Igualdade, da Cidadania e dos Direitos Humanos (SICDH), incluindo políticas de
133 defesa dos animais e também assistência social. Mauro Hauschild irá assumir a
134 então Secretaria da Administração Penitenciária, até então sob titularidade de Cesar
135 Faccioli. A pasta passará a ter o nome de Secretaria de Justiça, Sistemas Penal e
136 Socioeducativo, agregando à responsabilidade de gerir o sistema penitenciário
137 gaúcho às medidas socioeducativas. O novo integrante do governo é o ex-ministro e
138 ex-deputado federal Ronaldo Nogueira, que passará a comandar a antiga pasta de
139 Regina Becker, que será nomeada de Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda.
140 Lúcia relatou sobre a preocupação com a desproteção dos sujeitos ao unir a
141 socioeducação com o sistema penitenciário. Existe uma proposição de nota pública

142 com outros colegiados, no que tange sobre a socioeducação, mas a proposta é que
143 seja realizada uma discussão, para ouvir o posicionamento de cada conselheiro.
144 Lúcia convidou os conselheiros a refletir o que os usuários das políticas perdem com
145 a reforma administrativa e quais as estratégias o CEDICA deve realizar para a
146 proteção dos direitos. Andreia relatou que vê este tema com preocupação, sugeriu
147 verificar como vai ser realizada esta divisão no Estado do RS, pois em outros
148 Estados existe esta união das políticas. Propôs conhecer o funcionamento desta
149 Secretaria em outros Estados. Maria da Graça relatou que a reforma administrativa é
150 fato consumado e que o colegiado precisa minimizar os efeitos. Marta considerou
151 importante realizar nota pública e ponderou que o colegiado não deve deixar de
152 tentar, por pressupor que não surtirá efeito. Preocupa-se com os danos que a
153 socioeducação irá sofrer com esta reforma. Lúcia entende que há tempo hábil para
154 manifestação do colegiado e que é necessário pensar estratégias de proteção aos
155 adolescentes. Caso o Decreto Legislativo seja efetivado, será necessário pensar em
156 procedimentos que minimizem os danos da reforma administrativa, convidando
157 outros atores para o diálogo. Marta considerou que o recurso investido na
158 socioeducação de formação sobre Direitos Humanos será desmantelado. Ivonete
159 relatou que não haverá perdas para a socioeducação na união com a segurança
160 pública e que o método utilizado no processo da reforma, é que foi equivocado, pois
161 não dialogou com os conselhos. Sugeriu que fosse realizada uma conversa com o
162 Governador do Estado para entender a proposta. Juçara informou que o
163 Departamento de Justiça ficará com pasta da política da socioeducação e que a
164 Diretora Daniela está aberta ao diálogo. Lúcia aproveitou para informar que hoje é o
165 prazo limite para o DJ agendar a reunião do Grupo de Trabalho sobre a Central de
166 Vagas. Patrícia ponderou que a nota pública possui caráter institucional e ultrapassa
167 a figura do conselheiro, pois publiciza uma posição sobre o tema. Propôs oitiva com
168 as Secretarias envolvidas, antes de emitir a nota. Elisandra informou que gostaria de
169 verificar o posicionamento da Fundação Proteção, antes de deliberar sobre a nota.
170 Lúcia acolheu as propostas do colegiado, mas ponderou sobre o tempo de
171 deliberação da pauta. Ivonete sugeriu solicitar audiência com Governador e
172 Secretários das pastas para compreender a estrutura das secretarias. Lúcia realizou
173 a leitura da nota pública que é contrária à inclusão do Sistema Socioeducativo na
174 pasta da Secretaria de Justiça e Sistema Penal. Arlindo considerou importante
175 dialogar com os atores que propuseram esta mudança. Andreia comunicou que a
176 partir dos relatos dos demais conselheiros, é importante realizar a escuta dos órgãos
177 envolvidos. Sugeriu rever a escrita da nota pública, para que minimize o embate e
178 promova o diálogo. Lisiane informou que em nível nacional, o SINASE está no
179 Ministério da Justiça. Simone relatou que o papel do controle social é romper a
180 cultura do dano às crianças e adolescentes, não reproduzindo a violência que ocorre
181 na sociedade. Encaminhamento: 1. Readequar a redação da Nota Pública; 2.
182 Convidar outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, para conhecer outros
183 modelos de gestão do Sistema Socioeducativo; 3. Solicitar informações e audiência
184 com governador e secretários Mauro Hauschild e Regina Becker; 4. Audiência
185 pública em articulação com o legislativo. Em votação: 13 votos favoráveis e 2 votos
186 contrários. **Educação no Estado do RS:** Lúcia convidou para realizar o relato, os
187 membros da comissão de gestores que participaram, no dia 20 de abril, da reunião
188 com a Secretária de Estado da Educação, Raquel Teixeira e Secretária Adjunta,

189 Ivana Flores. Andreia considerou a Secretária de Educação acessível, com
190 entendimento e formação favoráveis, porém com uma visão um tanto romântica. Em
191 seguida, realizou o relato dos principais pontos levantados pela Secretária de
192 Educação sobre: 1. A importância do retorno das aulas presenciais; 2. Observação
193 dos protocolos de segurança; 3. As escolas não irão retornar se não houver as
194 condições sanitárias adequadas; 4. Os professores que estão no grupo de risco não
195 voltarão às suas atividades sem a vacinação; 5. Estão verificando a possibilidade de
196 contratação emergencial de professores; 6. A alimentação escolar está sendo
197 providenciada por meio de kits; 7. Será disponibilizado valores para diretores de
198 escola, para aquisição de itens da agricultura familiar. Andreia informou que até o
199 momento não foi recebido os kits de alimentação escolar e que algumas escolas
200 receberam valores referente a agricultura familiar, porém o valor recebido é muito
201 baixo. Trouxe preocupação sobre as máscaras disponibilizadas, pois são
202 inadequadas. A Defensoria Pública encaminhou ofício para a SEDUC sobre
203 adequação das máscaras. Lúcia retomou que o ofício encaminhado pelo CEDICA ao
204 COE em fevereiro, não foi respondido. Ivonete ressaltou a importância da abertura
205 do diálogo, que anteriormente não ocorria com a SEDUC. Berenice informou que
206 ainda existe dificuldade no diálogo com a Secretária, pois a mesma não responde
207 aos ofícios encaminhados pelo Conselho de Alimentação Escolar. Patrícia destacou
208 que o Estado do RS foi pioneiro na solicitação de vacinação aos professores.
209 Sugeriu que o CEDICA monitorasse esta demanda, mantendo o diálogo com a
210 SEDUC. Lúcia explanou que de acordo com os relatos dos conselheiros, é
211 necessário encaminhar ofício para SEDUC questionando sobre os kits de
212 alimentação escolar, máscaras de proteção, protocolos de segurança do COE e
213 agendar reunião ampliada com o regime de colaboração, conforme mencionado na
214 reunião do dia 20 de abril. Lúcia realizou a leitura do ofício da AMENCAR sobre a
215 realização do Seminário final no dia 24 de maio. Ivonete convidou os conselheiros
216 para distribuir folders sobre a campanha do 18 de maio em escolas. O material
217 realizado no ano de 2020 será reeditado pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à
218 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - CEEVSCA, irão imprimir 10 mil
219 exemplares. Lúcia destacou a importância do cuidado em entregar esses materiais,
220 considerando que estamos em uma pandemia. Marta informou que os adolescentes
221 Osni Neto e Isabelle Schmitz do Comitê de Participação Adolescente - CPA,
222 confirmaram presença no seminário do dia 20 de maio, "Meu corpo, minhas regras".
223 Lúcia verificou a disponibilidade de turnos do colegiado, para realizar a plenária de
224 encerramento da gestão. Foram discutidas duas possibilidades: 1. Realizar a
225 plenária, dia 25 de maio, manhã e tarde; 2. Realizar a plenária em duas manhãs. Em
226 votação: 8 votos favoráveis para a realização da plenária em duas manhãs e 5 votos
227 favoráveis para realização no dia 25, turno integral. Nada mais havendo a constar,
228 eu Thanise Falcão, lavrei a presente ata, que subscrevo com a presidente Lúcia
229 Flesch.



Thanise Falcão
Secretária do CEDICA/RS



Lúcia Flesch
Presidente do CEDICA/RS

ANEXO I - Classificação Final Edital nº 01/2020 FECA

Linha de Financiamento 1- Atendimento Direto: Enfrentamento da violência doméstica, física, psicológica, sexual, bem como as demais formas de violência contra crianças e adolescentes.							
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS							
2020/0035	Associação Orquestrando Arte	19.890.718/0001-29	R\$ 60.000,00	69,17	30	99,17	1
2021/0029	Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial (Ação encontro) Novo Hamburgo	91.695.577/0003-82	R\$ 60.000,00	67,83	30	97,83	2
2021/0102	Centro Social Madre Regina NH - Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC)	91.681.361/0005-20	R\$ 58.780,41	67,33	30	97,33	3
sem registro	Sociedade Educação e Caridade. SEC Centro de Convivência Mãos Solidárias – Caxias do Sul	92.812.049/0024-53	R\$ 60.000,00	64,67	30	94,67	4
2021/0116	Instituto Elisabetha Randon – Caxias do Sul	05.768.706/0001-11	R\$ 46.490,00	64	30	94	5
2021/0211	União Jovem Rincão Novo Hamburgo	90.834.029/0001-61	R\$ 50.969,00	63,33	30	93,33	6
sem registro	Federação Espirita do RS - FERGS	92.852.300/0001-17	R\$ 29.436,00	62,67	30	92,67	7
OSCS CONTEMPLADAS DE ACORDO COM ART. 5 § 3º							
2021/0161	GRUPO CULTURAL SOM LEGAL	02.085.756/0001-06	R\$ 60.000,00	61,67	30	91,67	8
2021/0231	ASSOC MISSIONARIA DE BENEFICENCIA	80.234.826/0009-01	R\$ 60.000,00	57,17	30	87,17	9
SUPLENTES							

2021/0149	Instituto Educacional Espírita - IEDE – São Leopoldo	93.851.145/0001-87	R\$ 60.000,00	57	30	87	10
2021/0146	Centro de Reabilitação Social e Beneficente Evangélicos SOS Vida – Santo Ângelo	03.005.452/0001-54	R\$ 60.000,00	55,33	30	85,33	11
sem registro	Centro Assistencial Vitória – Caxias do Sul	16.650.666/0001-25	R\$ 59.000,00	53,67	30	83,67	12
2021/0067	SOC EDUCACAO E CARIDADE SEC Porto Alegre	92.812.049/0002-48	R\$ 59.932,00	53,33	30	83,33	13
2021/0230	FUND FE E ALEGRIA DO BRASIL POA	46.250.411/0018-84	R\$ 60.000,00	51,67	30	81,67	14
2021/0216	FAZENDA DO SENHOR JESUS RAI DE ESPERANCA	16.623.270/0001-99	R\$ 59.930,00	41	30	71	15
2021/0078	CENTRO CULTURAL ESPÍRITA JARDELINO RAMOS	88.707.799/0001-00	R\$ 52.768,60	30,67	30	60,67	16
sem registro	Centro de Atenção a Criança e ao Adolescente Murialdo – Caxias do Sul	88.637.780/0015-21	R\$ 44.420,00	30	30	60	17

Linha de Financiamento 1 - Atendimento Indireto: Enfrentamento da violência doméstica, física, psicológica, sexual, bem como as demais formas de violência contra crianças e adolescentes.							
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS							

2021/0083	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO RS - Ijuí	90.738.014/0001- 08	R\$ 11.566,95	52	30	82	1
2021/0087	FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO RS - Santa Rosa	90.738.014/0005- 23	R\$ 12.214,95	52	30	82	1

Linha de Financiamento 2 - Atendimento Direto: Atendimento ao adolescente e ao jovem de até 21 anos de idade em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, meio aberto e egressos, especialmente para inserção profissional								
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	LF	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSC CONTEMPLADA								

2021/0242	Centro de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, CEDEDICA/Alegrete	09.012.736/0001-54	R\$ 60.000,00	2	48,33	30	78,33	1
-----------	------------------------------------------------------------------------------	--------------------	---------------	---	-------	----	-------	---

Linha de Financiamento 3 - Atendimento Direto: Atendimento às adolescentes em situação de vulnerabilidade social, especialmente na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, saúde e higiene, bem como diálogo sobre questões relacionadas a gênero e diversidade sexual								
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	LF	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS								

2021/0221	PROGRAMA DE APOIO A MENINOS E MENINAS - PROAME	93.851.160/0001-25	R\$ 60.000,00	3	68,33	30	98,33	1
2021/0218	ASSOC BENEF SAO FRANCISCO DE ASSIS - ABESFA	87.598.843/0001-10	R\$ 30.893,31	3	35	30	65	2

Linha de Financiamento 4 - Atendimento Direto: Erradicação do trabalho infantil, exploração sexual, proteção no trabalho e promoção da profissionalização e inserção de adolescentes no mercado de trabalho							
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS							

2021/0227	Associação Beneficente Amurt Amurtel	92.251.354/0001-27	R\$ 60.000,00	68,33	30	98,33	1
2021/0053	Casa Anjos Voluntários – Caxias do Sul	05.905.719/0001-95	R\$ 60.000,00	68,30	30	98,30	2
2021/0139	Instituto Pobres Servos da Divina Providência – POA	92.726.819/0004-00	R\$ 59.991,40	65,33	30	95,33	3
sem registro	ABRAÇAI – Bento Gonçalves	88.669.957/0001-76	R\$ 59.970,00	57,67	30	87,67	4
2021/0094	Círculo Operário Leopoldense	96.740.238/0001-22	R\$ 60.000,00	52,67	30	82,67	5
OSCS CONTEMPLADAS DE ACORDO COM ART. 5 § 3º							
2021/0051	ASBEM - Assoc do Bem Estar da Criança e do Adolescente - Novo Hamburgo	88.874.144/0001-18	R\$ 60.000,00	50	30	80	6
SUPLENTE							
2021/0145	FOCO EMPREENDEDOR SANTA CRUZ DO SUL	14.870.664/0001-16	58.280,00	48,83	30	78,83	7

Linha de Atendimento 5 - Atendimento Direto: Atendimento a crianças e adolescentes com deficiência							
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS							
2021/0038	Associação Pestalozzi de Canoas	88.326.277/0001-50	R\$ 60.000,00	67,47	30	97,47	1
2021/0196	APAE Rio Pardo	89.746.804/0001-48	R\$ 60.000,00	67,33	30	97,33	2
2021/0210	APAE Nonoai	00.075.266/0001-01	R\$ 60.000,00	66,67	30	96,67	3
2021/0113	APAE Horizontina	89.095.129/0001-34	R\$ 59.800,00	66,33	30	96,33	4
2021/0089	APADA SANTA ROSA	90.479.106/0001-02	R\$ 58.004,32	65,33	30	95,33	5
OSCS CONTEMPLADAS DE ACORDO COM ART. 5 § 2º							
2021/0025	APAE Rodeio Bonito	01.467.316/0001-50	R\$ 56.091,00	65,33	30	95,33	5
2021/0090	Centro Ocupacional dos Familiares, Amigos e Deficientes Mentais – Gravataí	03.601.400/0001-40	R\$ 52.745,33	64,33	30	94,33	7
2021/0140	Centro Assistencial Portal da Luz – Caxias do Sul	92.874.692/0001-15	R\$ 11.800,00	64,07	30	94,07	8
2021/0137	APAE Igrejinha	90.936.584/0001-02	R\$ 60.000,00	62,67	30	92,67	9

2021/0016	APAE Gaurama	93.538.650/0001-76	R\$ 42.770,00	62	30	92	10
2021/0068	APAE Três Passos	98.112.063/0001-34	R\$ 51.504,00	62	30	92	10
sem registro	APAE Tapera	87.449.427/0001-50	R\$ 60.000,00	57,50	30	87,50	12
2021/0031	APAE Caxias do Sul	88.659.388/0001-88	R\$ 60.000,00	56,67	30	86,67	13
SUPLENTES							
2021/0150	Apae São José do Norte	91.101.451/0001-70	R\$ 39.958,00	53,67	30	83,67	14
2021/0071	APAE São Borja	90.791.922/0001-57	R\$ 60.000,00	50	30	80	15
2021/0097	APAE Carazinho	88.457.957/0001-02	R\$ 60.000,00	45,67	30	75,67	16
2021/0212	União Espírita Bageense Caminho da Luz	87.415.550/0001-50	R\$ 60.000,00	41,67	30	71,67	17
2021/0217	SOC LAJEADENSE DE ATEND A CRIANÇA E AO ADOLESC	88.070.040/0001-50	R\$ 59.999,76	40	30	70	18
sem registro	Patronato Agrícola e Profissional São José – Erechim	89.428.775/0001-76	R\$ 55.968,54	39	30	69	19
2021/0105	APAE Marau	90.779.752/0001-95	R\$ 59.991,85	36,67	30	66,67	20

Linha de Financiamento 6 - Atendimento Direto: Atendimento a crianças e adolescentes em acolhimento institucional e familiar, egressos e suas famílias

FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	Valor	Nota Final Propostas	Nota Documentação	Nota Final	Classificação
OSCS CONTEMPLADAS							
sem registro	Aldeias Infantis Santa Maria	35.797.364/0008-03	R\$ 59.850,00	63,67	30	93,67	1
sem registro	Associação Casa Lar São José do Norte	04.782.797/0001-87	R\$ 60.000,00	63,67	30	93,67	1
2021/0219	ASSOC EVANG DE ACAO SOC EM NOVO HAMBURGO AEVAS	01.545.817/0001-08	R\$ 60.000,00	61,67	30	91,67	3

2021/0001	ORG PELOTENSE DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA - OPPAC	10.275.224/0001-60	R\$ 60.000,00	52,83	30	82,83	4
-----------	--------------------------------------------------------------	--------------------	---------------	-------	----	-------	---

Entidades desclassificadas por não terem encaminhado complementação da documentação, de acordo com Anexo II da RESOLUÇÃO nº 254/2021 CEDICA/RS			
FPE	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	LF
2021/0241	APAE Campo Novo	01.354.722/0001-07	5
2021/0169	APAE Dom Pedrito	89.072.805/0001-54	5
2021/0104	APAE Gravataí	88.599.493/0001-79	5
2021/0152	APAE Santo Ângelo	89.078.059/0001-06	5
2021/0111	APAE Três de Maio	88.505.821/0001-20	5

2021/0134	CENTRO DEFESA DIREITOS DA CRIANÇA ADOLESCENTE - GETULIO VARGAS	09.453.262/0001-86	2
2021/0007	ESC PIRATINI DO INST MARIA AUXILIADORA 1 GR	92.952.118/0002-19	1
2021/0228	SOC EDUCACAO E CARIDADE SEC - CASA DA CRIANÇA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	92.812.049/0037-78	1
2021/0055	UNIAO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA	79.080.602/0001-56	1